

QUEBRA DE DECORO

Renunciar à Presidência do Senado antes do julgamento de terça-feira ou após a CPMF é o dilema de Renan Calheiros para salvar o mandato

Se correr o bicho pega... se ficar o bicho come

LEANDRO COLON E
MARCELO ROCHA
DA EQUIPE DO CORREIO

Edilson Rodrigues/CB - 28/11/07



PARA O GOVERNO, A RENÚNCIA DE RENAN ANTES DO JULGAMENTO E A CORRIDA PARA SUCEDÊ-LO VAI ATRAPALHAR A CPMF

Quatro dias do julgamento de seu mandato, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) vive um dilema: quando renunciar ao cargo de presidente do Senado. Licenciado do posto até o fim de dezembro, Renan sabe que seus colegas esperam o gesto da renúncia em troca da absolvição. O problema é quando abrir mão de vez do cargo: antes do julgamento, logo depois dele, ou somente após a votação da emenda que prorroga a CPMF até 2011. Nos últimos dias, o peemedebista conversou sobre o tema com senadores, amigos, assessores e familiares. Publicamente, todos dizem que essa é uma decisão pessoal, cabendo somente ao próprio senador tomá-la. Reservadamente, porém, Renan ouve conselhos variados.

Alguns, como o senador José Sarney (PMDB-AP) e sua filha, a senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), defendem a tese de renúncia na véspera da sessão que julgará seu mandato, marcada para terça-feira. Com isso, Renan poderia garantir os votos da oposição, selando sua absolvição.

Essa estratégia, porém, esbarra no governo. O Palácio do Planalto teme que a renúncia na próxima semana abra imediatamente a disputa sucessória dentro do PMDB, que tem o direito de indicar o sucessor em um prazo de cinco dias úteis. Hoje, há apenas um candidato declarado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Massenadores apostam que outros nomes surgirão

com a saída de Renan. A briga pelo comando do Senado poderia atrair o primeiro turno da prorrogação da CPMF. Precavido, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), trabalha para concluir essa primeira votação na próxima quinta, antes de qualquer eleição.

Palavra

A tese da renúncia após a CPMF, entretanto, pode prejudicar Renan no julgamento de terça, segundo aliados. Motivo: a oposição poderia acusá-lo de ter feito um acordo com o governo, que garantiria sua vitória no

julgamento, e, em troca, evitaria algum risco na votação do imposto com o adiamento da renúncia. E mais: essa decisão não dá qualquer garantia de que ele deixará a presidência da Casa, a não ser sua própria palavra.

O senador alagoano não dá pistas aos colegas do que pretende fazer. Avalia que o vazamento de qualquer estratégia pode prejudicá-lo em plenário. Quando abordado por jornalistas, desconfia. Renan informou a amigos que tomará a decisão em cima da hora. Quer sentir se a renúncia é fundamental para sua absolvição.

Hoje, Renan contabiliza um quadro favorável a ele no Senado. Aposta que pode ter mais votos ao seu lado do que no primeiro julgamento, em setembro, quando foi absolvido da acusação de pagar despesas pessoais com a ajuda de um lobista. Agora, ele responde a processo sobre o suposto uso de laranjas para comprar veículos de comunicação. Ao todo, são necessários os votos de 41 entre 81 senadores para o senador perder o mandato. No julgamento em setembro, foram 40 pela absolvição, 6 abstenções e 35 a favor da cassação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Mudanças para o voto nas urnas eletrônicas

HELAYNE BOAVENTURA
DA EQUIPE DO CORREIO

Em e-mails que circulam pela internet, brasileiros ufanistas citam a urna eletrônica utilizada nas eleições como um dos motivos de orgulho no Brasil. Deputados da

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, porém, questionam esse "símbolo nacional". Integrantes da subcomissão do voto eletrônico aprovaram ontem relatório do deputado Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB) que sugere a impressão do voto na

urna como material para uma auditoria na votação. Para o relator e o presidente da subcomissão, Geraldo Magela (PT-DF), os equipamentos podem permitir brechas para fraudes.

"Qualquer sistema que tem a informática como matriz tem um risco", argumenta o relator, depois de ouvir, durante sete meses, depoimentos de técnicos sobre o tema. "Hoje estou convencido de que não temos segurança total", reforça Magela.

Os integrantes da subcomissão

decidiram apresentar quatro projetos de lei, que agora serão analisados pela CCI. O mais polêmico sugere a impressão do voto eletrônico. A idéia é a de que, logo depois de digitar os números do candidato escolhido na urna eletrônica, o eleitor imprima um comprovante, visualizado através de uma tela, que seja depositado em outra urna. Nem o eleitor nem qualquer pessoa da seção eleitoral teria contato com o comprovante. O voto impresso serviria como material de conferência. O projeto propõe que 2% dos votos sejam auditados para confirmar o resultado.

Experiências

Em 2002 foram feitas experiências de voto impresso no Distrito Federal, Sergipe e Minas Gerais. Mas o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) argumentou que a medida atrasou a votação. Para técnicos do tribunal, a urna é segura e contém instrumentos de checagem. Por isso, o presidente do TSE, Marco Aurélio Mello, reagiu ontem ao relatório aprovado na subcomissão. "O TSE vê nesse projeto um retrocesso", reclamou. "Há algo oculto nessa tentativa de se menosprezar o que aponto que hoje é orgulho nacional." Para o ministro, a eventual lei pode ser considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os deputados, porém, criticam o TSE. "Os técnicos do tribunal tratam a urna como templo sagrado em que só podem entrar grandes monges", ataca Magela.

O relatório aprovado ontem também prevê mudanças no título de eleitor para inclusão de foto e digital. Para Magela, os projetos sugeridos pela subcomissão não devem ser votados este ano. Ele vai sugerir que também os integrantes da CCI, única comissão a analisar o tema, acompanhem audiências de críticos e defensores da urna eletrônica pois a polêmica ainda está longe do fim.



e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



O duplo blefe e um boeing para pousar

Blefe o ministro da Fazenda, Guido Mantega, quando diz que o governo já tem os 49 votos necessários para aprovar no plenário do Senado a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU). E blefa a oposição quando garante ter os 33 votos suficientes para derrubar a proposta de emenda constitucional com as duas medidas.

A verdade, como é habitual, está num ponto intermediário: no fogo cruzado da guerra de propaganda entre governo e oposição, resta um grupo de cerca de meia dúzia de senadores indecisos. Donde que o situacionismo está em vantagem, pois indeciso nesta altura do campeonato é, essencialmente, alguém que ainda não se decidiu a votar contra a CPMF e a DRU. São, portanto, votos potenciais que cabe ao governo amarrar.

E o Palácio do Planalto trabalha a todo vapor para amarrá-los. Depois do amadorismo que marcou a condução das negociações com o PSDB, quando mais atenção foi dada aos holofotes e gravadores do que à necessidade de fechar um acordo que afagasse todos os interlocutores, voltamos à rotina das difíceis conversas individuais que marcam a relação do governo Luiz Inácio Lula da Silva com o Senado da República desde janeiro de 2003.

A administração Lula nunca desfrutou de maioria confortável entre os senadores. Sempre foi refém de alguém. No começo do primeiro mandato, dependia da aliança com os então pefelistas do senador Antônio Carlos Magalhães (BA). Depois, com o progressivo oco de ACM, acabou nas mãos de um encorpado Renan Calheiros (PMDB-AL).

Verdade que ao longo de todo esse tempo Lula pôde sempre contar com José Sarney (PMDB-AP) e a área de influência do ex-presidente da República, cuja força isolada, porém, nunca foi capaz de garantir a Lula uma hegemonia na Casa. Talvez por isso mesmo Sarney esteja aí, firme e forte. Por nunca ter ocupado no tabuleiro do xadrez político uma casa na qual colocasse o rei em xeque.

ACM foi digerido por Lula nas eleições municipais de 2004 e na sucessão estadual de 2006. E os perdedores de ofício apurados farejam, há meses, odores palacianos na fritura interminável do presidente licenciado do Senado. Um senador da oposição com razoável rotação notava, dias atrás, que nunca se viu, no governo Lula, um Senado tão carente de articuladores políticos integralmente mandatados pelo Palácio do Planalto. Talvez, faltou notar, porque Lula os tenha dissolvido a todos em ácido.

Reis não gostam mesmo de serem colocados em xeque. Fazer o quê? Agora, como já foi notado em colunas anteriores, o timão está 100% com o presidente da República. Se a CPMF e a DRU não passarem — o que é improvável — não haverá a quem culpar além do próprio Lula. Que precisará, pela primeira vez nos últimos cinco anos, arcar integralmente com a fatura da derrota. Em situações assim, convém contar sempre com a possibilidade de o Palácio do Planalto jogar pesado. E põe pesado nisso.

A imagem é velha, mas é útil. O governo pilota um boeing que acostumou a pousar por instrumentos. Agora, entretanto, a operação tem de ser manual. Uma conversa mal resolvida com um senador pode levar à perda de um voto. Já uma bem resolvida pode levar à perda de dois votos. Os dos outros senadores do mesmo estado. Eis mais uma boa explicação para a instabilidade política na Câmara Alta. O governo precisa tratar bem os senadores, mas deve tomar cuidado para não tratar alguns excessivamente bem, pois isso implicará o ciúme dos concorrentes diretos à liderança política regional.

Como Lula é um sujeito de muita sorte (tanto que é capaz de atravessar dois mandatos presidenciais no Brasil sem enfrentar nenhuma grave crise internacional), as circunstâncias acabaram colocando na coordenação política do governo nesta reta final de CPMF e DRU um sujeito cuja habilidade política não deve ser subestimada. Para usar outra imagem antiga, o ministro José Múcio Monteiro é da turma que conserta relógio mesmo envergando luvas de boxe.

Aliás, é notável como a política de Pernambuco, sempre tão polarizada entre direita e esquerda, mostra-se capaz de produzir políticos que se dedicam a cultivar pontes. Cuidar de pontes é sinal de sabedoria. Especialmente para quem está avançando. Queimar pontes quando se avança é um erro, pois sempre haverá o dia de recuar. E aí, na hora do recuo, as pontes dinamitadas no avanço podem vir a fazer falta.

CBRATUR 2007

IX CONGRESSO BRASILEIRO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

A crise que atinge os diferentes modais de transportes no País atinge também a atividade turística nacional. Encontrar, a curto prazo, soluções viáveis é o desafio que o Parlamento Brasileiro, o Governo e os diversos atores das cadeias produtivas do turismo e dos transportes vão enfrentar juntos no IX CBRATUR. Participe deste amplo e democrático fórum de debates. O Turismo agradece.

Realização:
Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal
Frente Parlamentar do Turismo
Sistema Confederação Nacional do Comércio Sesc • Senac

Apoio:
Ministério do Turismo
Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

Informações e inscrições:
www.parceriaturismobrasil.com.br
secretaria@ixcbratur.com.br
Tel./Fax: (61) 3226-1558

O TURISMO E A CRISE DOS TRANSPORTES NO BRASIL: AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

CONFERÊNCIAS DE
JEAN-CLAUDE BAINGUETI,
PRESIDENTE DA WORLD TRAVEL &
TOURISM COUNCIL/WTTG, E DE
BRUNO FERREIRA, SECRETÁRIO
DE TURISMO DE PORTUGAL

INSCRIÇÃO GRATUITA
CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Dias 4 e 5
de dezembro
Auditório Nereu Ramos
Câmara dos Deputados
Brasília